



PASTORAL DA CRIANÇA

Para que todas as crianças tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10)

Entrevista com Maria das Graças Silva Gervásio – Vulnerabilidade Social

Você com certeza já ouviu falar em algum momento sobre **vulnerabilidade social**. Esse termo, tão falado nos últimos anos, diz respeito principalmente a problemas socioeconômicos, ou seja, à pobreza. Mas atenção: a vulnerabilidade social não significa apenas a falta de dinheiro, mas também tem a ver com educação, moradia, acesso à água potável, saneamento, trabalho infantil, entre outros.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) estima que **30 milhões de crianças** estão em situação de pobreza no Brasil. E segundo [dados do governo federal](#), **10 milhões de crianças** são de famílias que vivem com renda de até **706 reais por mês**, por pessoa.

A vulnerabilidade social atinge pessoas de diferentes grupos, mas é ainda mais dura nas crianças de zero a seis anos, que estão em um momento crucial de desenvolvimento. O Unicef cita nove medidas que o poder público deve tomar para reduzir a quantidade de crianças em situação de vulnerabilidade.

1. Priorizar investimentos em políticas sociais;
2. Ampliar a oferta de serviços e benefícios às crianças e aos adolescentes mais vulneráveis;
3. Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;
4. Implementar medições e o monitoramento das diferentes dimensões da pobreza e suas privações por um órgão oficial do Estado;
5. Promover a segurança alimentar e nutricional de gestantes, crianças e adolescentes, garantindo a eles o direito humano à alimentação adequada e reduzindo o impacto da fome e da má nutrição nas famílias mais empobrecidas;
6. Implantar com urgência políticas de busca ativa escolar e retomada da aprendizagem, em especial da alfabetização;
7. Priorizar, no âmbito das respectivas esferas de gestão, a agenda de água e saneamento para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas;
8. Implementar formas de identificar precocemente as famílias vulneráveis a violências, incluindo trabalho infantil;

- Promover e fortalecer oportunidades no ambiente escolar e na transição de adolescentes para o mercado de trabalho.

O **líder da Pastoral da Criança** tem um papel fundamental na sua comunidade, que vai muito além da caridade. O líder acompanha de perto as famílias e conhece as necessidades de cada uma. Com isso e com a capacitação oferecida pela Pastoral, o líder é um importante elo entre a sociedade e o poder público, colaborando na garantia de que as famílias tenham efetivamente os seus direitos respeitados.

Além disso, os líderes são incentivados a participar da elaboração das políticas públicas através dos conselhos municipais, como o Conselho da Saúde e o Conselho de Assistência Social, por exemplo. Nessas instituições, o líder da Pastoral da Criança é o **representante da sua comunidade**. É a voz que ecoa para defender as necessidades daqueles que, em vulnerabilidade social, geralmente são silenciados.

ENTREVISTA COM: Maria das Graças Silva Gervásio, assistente social e da equipe de apoio às dioceses da Coordenação Nacional da Pastoral da Criança.

Maria das Graças, o que é vulnerabilidade social?

Vulnerabilidade social é uma condição que remete à fragilidade da situação socioeconômica de um determinado grupo ou indivíduo. Leva em conta questões como renda, escolaridade, saúde, condições de inserção no mercado de trabalho, acesso aos serviços prestados pelo Estado e oportunidades de mobilidade social. Esses fatores indicam as condições de vida de quem sofre com a falta de recursos e estruturas para seu desenvolvimento enquanto cidadão e cidadã. Por isso que, quando dizemos que uma pessoa se encontra em situação de vulnerabilidade social, não estamos falando somente de pobreza, mas sim de um conceito amplo.

Os grupos em vulnerabilidade social encontram-se, portanto, em acentuado declínio do bem-estar básico e de direito dos seres humanos, como é mais conhecido, à margem da sociedade, em processo de exclusão social.

Quais são as principais causas da vulnerabilidade social?

Existem diferentes fatores que podem contribuir para a vulnerabilidade social, dentre eles podemos citar: a falta de acesso a recursos básicos, como moradia,



alimentação, água potável e saneamento básico; a falta de oportunidades educacionais e de emprego, a exposição a situações de violência e a exclusão social e econômica.

Assim, são diversas as causas que contribuem para um processo de vulnerabilidade social. Por exemplo, ter uma baixa escolaridade, o que compromete não ter uma qualificação profissional. Em consequência, terá uma relação precária de trabalho. O resultado é a baixa renda, oriunda desses trabalhos precários.

O aumento da vulnerabilidade pode ser provocado pelo processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento das pessoas ou grupos que se encontram nessa situação, provocado por fatores como pobreza extrema, crises econômicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano ou cultural.

Quais são as características que marcam o estado de vulnerabilidade social?

São várias as características que marcam o estado de vulnerabilidade social, mas uma característica bem específica é a situação de moradia. Por causa dos recursos financeiros escassos que obtém no mercado de trabalho, as pessoas em vulnerabilidade social buscam por moradias em locais que correspondam à sua realidade financeira. São áreas afastadas dos centros, com serviços públicos precários, maiores índices de violência, construções inseguras, entre outras características, e colocam o indivíduo em vulnerabilidade.

Essas áreas geográficas marginalizadas também apresentam riscos ambientais e sociais, como enchentes, desabamentos, contaminações, exposição às doenças, deslizamentos de terra, submissão a grupos criminosos etc.

Além disso, a vulnerabilidade social geográfica é ainda maior quando os grupos se veem obrigados a realizar ocupações ilegais em construções abandonadas que são propriedades privadas.

Quais são as pessoas mais atingidas e que se encontram hoje em situação de vulnerabilidade social?

Os grupos em situação de vulnerabilidade podem variar e estar presentes em diferentes contextos, mas alguns exemplos mais comuns, incluem crianças, idosos, pessoas com deficiências, mulheres, minorias étnicas e raciais, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, além das pessoas LGBTQIA+, imigrantes e migrantes, pessoas refugiadas, em situação de rua, dependentes químicos, entre outras.

Nesses grupos estão indivíduos que vivem em moradias precárias, possuem baixo nível de renda e educação, estão submetidos ao subemprego ou desemprego, e enfrentam desorganização familiar e falta de participação

social.

Para além dos impactos na vida das crianças, há impactos também na sociedade. Na economia, a desigualdade social tende a reduzir o ritmo e a durabilidade do crescimento. Além disso, de acordo com o Banco Mundial, ela leva ao desperdício de potencial produtivo e a uma alocação ineficiente de recursos.

O que pode ajudar na prevenção e redução da vulnerabilidade social?

De acordo com os dados do mês de junho de 2024 do [Observatório do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social](#), Família e Combate à Fome, o MDS, das 72 milhões de pessoas que estão no Cadastro Único, a metade não frequenta a escola. Sobre o grau de instrução, mais de 44 milhões estão na situação de falta de instrução ou apenas com o fundamental incompleto. 70% dessas pessoas são negras e 80% das pessoas vivem nas áreas urbanas. Com base nessa realidade, dá para entender porque uma das hipóteses mais eficazes para garantir, a médio e longo prazo, a diminuição da vulnerabilidade social é o aumento da escolaridade, principalmente a qualidade da educação e da cultura das pessoas.

Das 18 milhões de pessoas cadastradas que trabalham, um pouco mais da metade, ou seja, 10 milhões de pessoas, trabalham por conta própria, o dobro das pessoas que trabalham com carteira assinada, o que contribui para a precarização do trabalho e o subemprego.

Alguns sociólogos acreditam que, suprimindo a carência da escolaridade e potencializando as oportunidades profissionais dos indivíduos, grande parte dos outros problemas sociais seriam, por consequência, suprimidos.

Existem os benefícios sociais para as mais de 28 milhões de famílias cadastradas. 76,3% delas recebe o Bolsa Família. As demais recebem aposentadoria, pensão ou tem alguma pessoa na família que recebe o Benefício de Prestação Continuada, o BPC, mas será a efetivação de políticas públicas para atender essa população com o fortalecimento da educação básica, qualificação profissional e políticas habitacionais que ajudarão na redução da vulnerabilidade e consequentemente na desigualdade social que existe no Brasil.

Especialmente com as crianças, o que é feito, atualmente?

O impacto da vulnerabilidade na vida das crianças, ocorre principalmente no seu desenvolvimento na primeira infância. Para se ter uma ideia, de acordo com estudo feito com base na situação das crianças da primeira infância que estão cadastradas no CadÚnico, mais de 10 milhões de crianças estão em famílias de baixa renda (com renda mensal por pessoa de até meio salário-mínimo). E mais: sem o apoio de programas de transferência de renda, cerca de 8,1 milhões dessas crianças de até 6 anos estariam ainda em situação de pobreza ou

extrema pobreza.

Nesse sentido, o governo tem alguns mecanismos para acolher as crianças, como programas de proteção social. Alguns métodos alternativos, no entanto, têm sido implementados, como a prestação de serviços de continuidade de aprendizagem e o estímulo infantil. Ações focadas na área da educação podem indicar caminhos para reduzir as desigualdades e, assim, atenuar a vulnerabilidade enfrentada por essas crianças.

Esse apoio também pode ser dado a partir de políticas públicas que não sejam voltadas apenas às crianças, mas à população em geral, uma política integral, que atenda às necessidades das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade.

O fortalecimento dos direitos das crianças a partir do fortalecimento da parentalidade significa criar uma rede de proteção que estruture um ambiente favorável ao desenvolvimento dos mais jovens.

Como a Pastoral da Criança colabora na prevenção da vulnerabilidade social?

A Pastoral da Criança, nas suas ações básicas de saúde, educação e nutrição, contribui na medida em que, ao visitar as famílias, conhece a realidade dessas famílias e pode, a partir daí, buscar a garantia dos direitos das crianças. Por exemplo: a escolaridade, a oportunidade de ter uma creche e a garantia de ter todas as suas vacinas. Então, na medida em que a Pastoral da Criança incentiva a família a buscar os seus direitos, dessa forma está contribuindo para a garantia do desenvolvimento pleno das crianças.

(MENSAGEM) Maria Inês Monteiro de Freitas, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança.

Quero levar minha saudação a todos. Em tempos difíceis, complicados, depois de uma pandemia, depois de tantas catástrofes naturais, o número de famílias vivendo em situação de vulnerabilidade social aumentou muito. Os desafios são imensos e em todas as áreas. A Pastoral da Criança busca marcar presença junto a essa população e levar sua palavra amiga e seu apoio, através das ações básicas de saúde, nutrição, educação, paz e cidadania. Os líderes da Pastoral da Criança sabem que ajudar na promoção dessas famílias, é ajudar a tirar as crianças de realidades que podem prejudicar sua saúde e pleno desenvolvimento. Cada um pode colaborar, fazendo a sua parte, para transformar para melhor a vida em sua comunidade.

(TESTEMUNHO) Cátia Marília Vieira Nogueira, da Equipe Diocesana da Pastoral da Criança de Duque de Caxias e São João de Meriti, estado do Rio de Janeiro.

Sabendo que a Pastoral da Criança tem a missão, o objetivo e o compromisso de priorizar sua presença nos locais onde se encontram as pessoas mais vulneráveis, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, ali as famílias, crianças e gestantes são acompanhadas pelos líderes através das ações básicas de saúde, nutrição, educação, paz e cidadania. E esse é o trabalho que os líderes da Pastoral da Criança têm feito, levando todas essas informações, ajudando as famílias, mas também os líderes da Pastoral da Criança têm uma força a mais, porque a Pastoral da Criança está inserida nos conselhos de direitos do nosso município. Então, em São João de Meriti, onde eu moro aqui, a Pastoral da Criança está no Conselho de Saúde, no Conselho de Educação, no Conselho de Alimentação Escolar e no Conselho de Direitos Humanos.

Há uma troca. A Pastoral da Criança, quando ela vai para essas reuniões, ela leva todas as dificuldades das famílias, porque os líderes sabem com propriedade o que as famílias estão passando. Então, há uma troca e os líderes e as famílias são beneficiadas, associadas com isso.

Então, é muito importante se fazer presente, a Pastoral da Criança se fazer presente nesses conselhos e tem nos ajudado muito aqui no nosso município, a Pastoral da Criança ajudando as famílias em situação de vulnerabilidade social.

(MENSAGEM) Dom Frei Severino Clasen, Arcebispo de Maringá, Paraná e Presidente do Conselho Diretor da Pastoral da Criança.

Proteger as pessoas mais vulneráveis significa criar políticas públicas que ajudem essas pessoas a construírem alternativas para vencer a fome, a falta de moradia e o abandono. Somente a soma de esforços da sociedade civil organizada, dos poderes públicos e da força da comunidade poderá transformar para melhor a vida dessas pessoas. Eis aí uma grande possibilidade de uma verdadeira parceria da Pastoral da Criança com o poder público, também com outras entidades, para juntos nos preocuparmos sobre a questão da vulnerabilidade social. Ninguém pode ficar machucado, excluído e ignorado da sociedade. A sociedade deve ser a casa comum do acolhimento, do afeto, da ternura e do amor. Que Deus abençoe todas as crianças, as famílias, para que sejam dignos participantes de uma sociedade justa, fraterna e cheia de amor. Que Deus vos abençoe e vos proteja em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.